

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2026**  
**PROCESSO CRO-RR - SEF0001/2026**

**Adequado de acordo com o Parecer Jurídico-017/2026**

Boa Vista – RR, 07 de abril de 2026.

**Pregão Eletrônico 90001/2026**

**Processo Administrativo n.º 0001/2026**

**Contratante:** Conselho Regional de Odontologia do Estado de Roraima

**Modalidade:** Pregão Eletrônico

**Valor total estimado:** R\$ 66.000,00

**Critério de julgamento:** Menor preço global

O **Conselho Regional de Odontologia de Roraima**, por intermédio do Pregoeiro designado pela **Portaria CRO-RR nº 01/2025**, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, este procedimento licitatório observará as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto nº 10.024/2019, da Instrução Normativa SEGES nº 73/2022, e demais normas aplicáveis, bem como das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A sessão pública será realizada por meio do **Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br**, disponível no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras>.

**Parágrafo Primeiro** - O local, a data e o horário de realização da sessão pública serão divulgados posteriormente por meio de **aviso simplificado**, a ser publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sistema eletrônico de compras utilizado para a realização do certame, observando-se o prazo mínimo legal entre a publicação do aviso e a abertura da sessão.

**Parágrafo Segundo** - O prazo mínimo entre a publicação do aviso de licitação e a data de abertura da sessão pública será de **8 (oito) dias úteis**, conforme disposto no art. 55, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

## **1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção, limpeza e conservação de jardim e de manutenção e tratamento de piscina, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas e todos os insumos necessários à execução dos serviços, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

1.2. As especificações, quantitativos e demais condições encontram-se detalhados no **Termo de Referência – Anexo I**.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

1.4. Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS), observando-se as seguintes condições:

- a) Realização de 2 (duas) visitas semanais para manutenção de áreas verdes (jardinagem);
- b) Realização de 1 (uma) visita semanal para manutenção e tratamento da piscina;
- c) Atendimento de demandas extraordinárias no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas;
- d) Execução indireta, sem dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de visitas periódicas programadas;
- e) Fornecimento integral, por parte da contratada, de mão de obra, insumos, equipamentos, ferramentas e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

## **2. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O valor total estimado para a contratação dos serviços descritos neste Edital, para o prazo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, será de **R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)**, conforme pesquisa de preços realizada no dia 12 de março de 2026; sendo esse o valor que o CRO-RR se disponibiliza a pagar para contratação do objeto.

2.2. Os valores expressos acima têm por base os valores medianos obtidos em pesquisa de mercado, nos sites [Compras.gov.br](https://compras.gov.br) (<https://compras.gov.br/>) e Painel de Preços (<https://paineldeprecos.planejamento.gov.br/>), ambos do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021.

## **3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

3.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação do objeto que trata este Edital, correrão conforme disponibilidade orçamentária devidamente consignada no orçamento do CRO-RR, tendo a disponibilidade de **R\$ 101.000,00 (Cento e um mil reais)**, valor adequado e suficiente nos termos da Pesquisa de Preços.

3.1.1. Unidade Orçamentária: 001;

3.1.2. Rubrica: 6.2.2.1.1.01.04.04.004.099 – Outros Serviços e Encargos;

3.1.3. Tipo de Empenho: Estimativo, considerando tratar-se de serviço continuado com demanda periódica.

3.2. Caso a execução do objeto ultrapasse um exercício, as despesas dos próximos exercícios correrão por conta do orçamento e consignações orçamentárias próprias.

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1. A participação é exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do Decreto nº 8.538/2015.

4.2. Poderão participar empresas que:

- Atendam às condições deste edital;
- Estejam regularmente cadastradas no sistema eletrônico utilizado;
- Não estejam impedidas de contratar com a Administração Pública.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do Conselho promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão de seus dados cadastrais nos sistemas mencionados e mantê-los atualizados, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à

alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5. A não observância do disposto neste item poderá ensejar desclassificação ou inabilitação.

## **5. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

5.1. A participação no presente pregão eletrônico ocorrerá por meio do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br.

5.2. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - SICAF, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

5.3. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

5.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.6. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.6.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

5.6.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.6.3. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.6.4. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

5.6.5. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.5 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o Conselho promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.7. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.8. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DAS VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO**

6.1. Não poderão participar deste Pregão os fornecedores:

6.1.1. Que não atendam às condições deste processo em epígrafe e seu (s) anexo(s);

6.1.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.2. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

6.2.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

6.2.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto

básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

6.2.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

6.2.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

6.2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

6.2.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

6.2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

6.2.8. Aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

6.2.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

6.2.10. Sociedades cooperativas.

6.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do pregão eletrônico ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário, total do item e total global.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

7.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições



nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

7.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

7.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados poderá ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa Contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7.13. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

7.13.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.13.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos;

7.13.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

7.13.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

7.13.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

## **8. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES**

8.1. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, sendo exclusiva a comunicação mediante o campo próprio.

8.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.

8.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.8. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.9. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Edital.

8.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é

de R\$ 10,00 (dez reais).

8.11. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

8.14. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.16. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.17. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.24. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.25. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.26. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.27. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de

pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.28. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.29. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.30. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.30.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.30.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.30.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.30.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.31. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.31.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado de Roraima;

8.31.2. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.32. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.33. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.34. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.35. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.36. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes via Sistema e anexado aos autos do processo licitatório.

8.37. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável mediante justificativa.

8.38. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.39. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.40. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.41. O licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á

automaticamente a fase de recebimento dessa documentação, e deverão constar, além do disposto no Termo de Referência:

- 8.41.1. Nome, número do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico da empresa proponente;
- 8.41.2. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de entrega da proposta;
- 8.41.3. Dados bancários da empresa, com número do banco, conta corrente e agência;
- 8.41.4. A proposta deverá ser apresentada com a descrição do objeto ofertado.
- 8.41.5. A licitante deverá consignar, expressamente no sistema eletrônico, o valor ofertado para cada item ou serviço, já considerados e inclusos no valor apresentado todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
- 8.41.6. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 8.41.7. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- 8.41.8. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.
- 8.42. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 8.43. Qualquer elemento que possa identificar a licitante no cadastro dos dados da proposta no sistema compras.gov.br importa desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.
- 8.44. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 8.45. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.
- 8.46. A fase de julgamento, habilitação, apresentação de propostas ocorrerá conforme descrito no Termo de Referência.

## 9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 9.2. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado da contratação.
- 9.3. Caso o preço da proposta vencedora permaneça acima do valor estimado, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de melhor oferta.
- 9.4. Serão desclassificadas as propostas que:
  - I – não atenderem às exigências estabelecidas neste Edital ou no Termo de Referência;
  - II – apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com os praticados no mercado;
  - III – permanecerem acima do valor máximo estimado para a contratação definido pela Administração.
- 9.5. A análise da exequibilidade das propostas observará os critérios objetivos constantes no Termo de Referência e demais documentos que integram o processo administrativo.

## 10. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



10.1. O regime de execução será por empreitada por preço global, com pagamento mensal, conforme a efetiva prestação dos serviços.

10.2. A execução dos serviços será formalizada mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) pela Administração.

10.3. A execução terá início após a assinatura do contrato e emissão da primeira Ordem de Serviço.

10.4. Os serviços serão executados por meio de visitas periódicas programadas, conforme cronograma e demanda da Administração.

10.5. Os serviços deverão ser executados durante o horário de funcionamento do CRO-RR ou em horário previamente autorizado pela fiscalização.

10.6. A contratada deverá atender às demandas extraordinárias no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da solicitação.

## **11. DA HABILITAÇÃO**

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF e mediante a apresentação da documentação exigida no Termo de Referência.

11.2. Serão exigidos documentos relativos à:

- Habilitação jurídica;
- Regularidade fiscal e trabalhista;
- Qualificação técnica; e
- Qualificação econômico-financeira.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1. Constituem obrigações da contratada:

- a) Fornecer todos os insumos, materiais, equipamentos, ferramentas e EPIs necessários à execução dos serviços;
- b) Fornecer todos os produtos químicos necessários ao tratamento da piscina, tais como cloro, algicida, clarificante e controladores de pH;
- c) Realizar a coleta, ensacamento e destinação adequada dos resíduos gerados (como grama, folhas e galhos), no mesmo dia da execução dos serviços;
- d) Observar as normas de segurança do trabalho e a legislação ambiental vigente;
- e) Garantir a qualidade e regularidade dos serviços prestados.

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar intenção de recurso no prazo de 10 minutos no sistema eletrônico.

13.2. O prazo para apresentação das razões recursais será de **3 (três) dias úteis**, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

## **14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. Encerrada a fase recursal, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.

14.2. O objeto será adjudicado ao licitante vencedor pelo pregoeiro.

14.3. A homologação da licitação caberá à autoridade competente do Conselho Regional de Odontologia de Roraima.

## **15. DA VIGÊNCIA**

15.1. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado sucessivamente, observados os limites e condições previstos no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade.

## **16. DO REAJUSTE**

16.1. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para os custos relativos a insumos, materiais e equipamentos utilizados na execução do objeto.

## **17. DA CONTRATAÇÃO**

17.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinatura do contrato no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**.

17.2. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **18. DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO**

18.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. O descumprimento das obrigações sujeitará o contratado às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

19.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

19.2.1. Advertência por escrito para pequenas irregularidades, entendidas aquelas que pelo juízo da administração do Contratante não causarem prejuízos significativos.

19.2.2. Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) calculada sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de entrega do objeto, até o máximo de 15 (quinze) dias.

19.2.3. Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) calculada sobre o valor do contrato, por dia de atraso, no caso de atraso injustificado para efetuar o serviço contratado, contado a partir do esgotamento do prazo estabelecido pelo fiscal do contrato para a promoção da reparação/substituição em até no máximo de 15 (quinze) dias.

19.2.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da Contratada.

19.2.5. Após o décimo quinto dia de atraso injustificado, o Contratante poderá rescindir o contrato, caracterizando-se a inexecução total do objeto.

19.3. Poderão ser aplicadas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

19.3.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;

19.3.2. Não manter a proposta;

19.3.3. Falhar ou fraudar a execução do contrato;

19.3.4. Comportar-se de modo inidôneo;

19.3.5. Fizer declaração falsa; ou

19.3.6. Cometer fraude fiscal.

19.4. As multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, garantida a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.

19.5. Para efeito de aplicação de multa, o valor do contrato será apurado deduzindo-se dele o valor das entregas aceitas.

19.6. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui a possibilidade da responsabilidade civil da Contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

19.7. O valor da multa, aplicada após regular prazo de recurso, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante, salvo se, existente garantia contratual, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

19.8. Aplicam-se, ainda, subsidiariamente ao contrato, as disposições dos Arts. 155 a 163 da Lei 14.133 de 2021.

## **20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

20.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital ou pedir esclarecimentos por irregularidade na aplicação da lei, devendo protocolar o pedido até **3 dias úteis antes da data da sessão pública**, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

20.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

20.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento somente poderá ser realizada por meio do Sistema e em campo próprio para tal fim.

20.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

20.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.7. Demais informações pertinentes que integram o presente Edital estão previstas no Termo de Referência, que obriga os participantes, do qual não pode se alegar desconhecimento, bem como os demais documentos publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e os documentos constantes do Processo Administrativo de referência.

## **21. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

21.1. Nos termos do Art. 117 da Lei 14.133 de 2021, a gestão do contrato será realizada por servidor designado pela autoridade competente, cabendo-lhe acompanhar a execução, registrar ocorrências, solicitar correções e atestar a execução dos serviços para fins de pagamento

21.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei 14.133 de 2021.

21.3. Ao representante designado para fiscalizar o contrato, compete, entre outras atribuições:

21.3.1. Acompanhar ativamente a execução das obrigações contratuais;

21.3.2. Comunicar, tempestivamente, à Contratante ocorrências que impliquem no descumprimento de obrigação contratual, inclusive, tipificando a conduta faltosa;

21.3.3. Controlar o prazo de execução do objeto e de vigência do instrumento contratual, motivando tempestiva e adequadamente a sua prorrogação, esta última, somente se houver previsão para tal hipótese;

21.3.4. Dar suporte à comissão ou servidor designado para recebimento do objeto, se for o caso; e instruir os autos com os documentos necessários à liquidação e pagamento da despesa.

21.4. A fiscalização anotar em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

21.5. A fiscalização poderá utilizar relatórios de visita, registro fotográfico, checklist de execução dos serviços e demais instrumentos que comprovem a adequada prestação do serviço.

## **22. DA PUBLICIDADE**

22.1. O Edital e seus anexos serão disponibilizados no sistema eletrônico e no Portal Nacional de Contratações Públicas.

22.2. O aviso de licitação referente a este Pregão Eletrônico será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos do art. 54 da Lei nº 14.133/2021.

22.3. O Edital e seus anexos permanecerão disponíveis para consulta pública no PNCP e no sistema eletrônico utilizado para a realização do certame durante todo o prazo de vigência da licitação.

### **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1. O presente Edital vincula-se ao Termo de Referência e à minuta do contrato.

23.2. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com base na legislação vigente.

23.3. Os serviços deverão observar integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

Elaboração do Edital:

**Maria Consolata de Oliveira**  
Superintendente do CRO-RR

De acordo:

**Daniela Favalli Jaccomo, CD**  
Presidente do CRO-RR



## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 001/2026

Adequado de acordo com o Parecer Jurídico-017/2026

Boa Vista – RR, 07 de abril de 2026.

**Processo nº:** 0001/2026

**Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção, limpeza e conservação de jardim e de manutenção e tratamento de piscina, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas e todos os insumos necessários.

#### 1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção, limpeza e conservação de áreas verdes (jardinagem) e manutenção e tratamento de piscina, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas, EPIs e todos os insumos necessários, a serem executados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço, na sede provisória do Conselho Regional de Odontologia de Roraima – CRO-RR, localizada na Rua da Ingazeira, nº 133, Bairro Caçari, Boa Vista/RR.

1.2. Serviço comum, com padrões usuais de mercado e especificações objetivamente definidas.

1.3. Execução indireta, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação decorre da necessidade permanente de conservação do patrimônio público, manutenção das condições sanitárias da piscina e preservação das áreas verdes da sede provisória do CRO-RR, garantindo ambiente institucional adequado, seguro e compatível com o interesse público.

2.2. A Autarquia não dispõe de estrutura própria ou servidores habilitados para execução direta dos serviços, sendo necessária a contratação de empresa especializada, garantindo:

- Preservação do patrimônio público;
- Condições sanitárias adequadas da piscina;
- Ambiente institucional organizado e seguro;
- Prevenção de danos estruturais e proliferação de pragas.

2.3. O Estudo Técnico Preliminar concluiu pela viabilidade da contratação por meio de Pregão Eletrônico.

#### 3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado pela área demandante, que analisou as alternativas disponíveis no mercado e concluiu que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de áreas verdes e tratamento de piscina representa a solução mais vantajosa para a Administração, considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos.

#### 4. DA NATUREZA DO SERVIÇO E MODALIDADE

4.1. A licitação será realizada na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, art. 28, inciso I, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, considerando tratar-se de serviço

comum, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

4.3. O critério de julgamento será o de menor preço global, considerando a natureza integrada dos serviços de jardinagem e manutenção de piscina, cuja execução por um único contratado favorece a padronização, otimização logística e redução de custos administrativos.

## **5. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E ESTIMATIVAS DE QUANTITATIVOS**

5.1. Os serviços deverão ser realizados na sede provisória do CRO-RR localizada na Rua da Ingazeira nº 133, Bairro Caçari, Boa Vista/RR.

**5.2. Da manutenção de Áreas verdes (jardinagem):** 2 (duas) visitas semanais

- Poda de árvores, arbustos e cercas vivas;
- Corte e aparo de grama;
- Retirada de ervas daninhas;
- Pulverização preventiva e corretiva contra pragas;
- Adubação orgânica inodora;
- Aeração do solo;
- Irrigação;
- Recolhimento e destinação adequada de resíduos orgânicos.

5.3. Todo o material resultante (grama cortada, galhos) deverá ser ensacado e removido do CRO-RR pela Contratada no mesmo dia da execução.

5.4. A Contratada deverá fornecer todos os produtos, insumos, fertilizantes, defensivos permitidos, ferramentas, equipamentos e EPIs necessários à perfeita execução dos serviços.

**5.5. Da manutenção da Piscina:** 1 (uma) visita Semanal

5.5.1. Volume da piscina: Piscina com dimensões aproximadas de 8 m de comprimento por 4 m de largura, com profundidade variando entre 1,20 m e 1,60 m, possuindo volume aproximado de 44,8 m<sup>3</sup> (44.800 litros).

- Limpeza física (retirada de folhas e resíduos);
- Escovação das paredes e fundo;
- Aspiração da piscina;
- Limpeza de bordas;
- Limpeza de pré-filtro e filtro;
- Controle e correção do pH;
- Aplicação de cloro e demais produtos necessários ao tratamento;
- Controle de alcalinidade;
- Verificação do funcionamento do sistema de filtragem.

5.6. A Contratada deverá fornecer todos os produtos químicos necessários, tais como cloro, algicida, clarificante, elevador/redutor de pH e demais insumos adequados.

5.7. A estimativa da demanda foi realizada com base na área aproximada do jardim da sede provisória do CRO-RR e no volume da piscina existente no local, bem como na frequência mínima necessária para manutenção adequada das condições paisagísticas e sanitárias.

5.8. Os serviços deverão observar as normas de segurança do trabalho, legislação ambiental vigente e boas práticas de execução, sob pena de aplicação de sanções.

## **6. DOS INSUMOS E EQUIPAMENTOS**

6.1. É de exclusiva responsabilidade da Contratada o fornecimento de materiais de primeira

linha.

6.2. Os equipamentos elétricos ou a combustão deverão possuir níveis de ruído dentro das normas da ABNT para não perturbar o expediente administrativo.

6.3. É obrigatório o fornecimento de EPIs adequados aos trabalhadores.

## **7. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

7.1. A contratação visa assegurar:

- A conservação adequada das áreas verdes da sede;
- A manutenção das condições sanitárias da piscina;
- A preservação do patrimônio público;
- A manutenção de ambiente institucional seguro e adequado aos usuários.

## **8. DO REGIME E FORMA DE EXECUÇÃO**

8.1. O regime de execução será por empreitada por preço global, com pagamento mensal.

8.2. O CRO-RR emitirá Ordem de Serviço (OS) via e-mail/sistema indicando a data e o serviço. A empresa terá até 48 (quarenta e oito) horas para atender às demandas extraordinárias não previstas no cronograma de visitas periódicas.

8.3. O serviço caracteriza-se por execução indireta, sem dedicação exclusiva de mão de obra, sem posto fixo, sendo realizado por meio de visitas periódicas.

8.4. Os serviços serão executados por meio de visitas periódicas programadas, conforme cronograma e Ordens de Serviço emitidas pela fiscalização.

8.5. A execução dos serviços terá início após a assinatura do contrato e emissão da Ordem de Serviço pela Administração, observada a disponibilidade orçamentária previamente empenhada.

8.6. Os serviços deverão ser executados durante o horário de funcionamento do CRO-RR ou em horário previamente autorizado pela fiscalização.

## **9. DOS CUSTOS ESTIMADOS PARA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor total estimado para a contratação dos objetos/serviços descritos neste Termo de Referência, para o prazo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, será de **R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais)**, conforme pesquisa de preços realizada no dia 12 de março de 2026; sendo este o valor máximo estimado que o CRO-RR se disponibiliza a pagar para contratação do objeto.

9.2. Os valores expressos acima têm por base os valores medianos obtidos em pesquisa de mercado, nos sites Compras Gov (<https://compras.gov.br/>) e Painel de Preços (<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>), ambos do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, na forma do art. 23 da Lei 14.133/2021.

## **10. DO TRATAMENTO FAVORECIDO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

10.1. O Decreto 8.538/2015 regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal.

10.2. Nos termos do art. 10 do Decreto nº 8.538/2015, verificou-se que o valor estimado da presente contratação é de R\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais), não ultrapassando o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

10.3. Diante disso, a Administração deverá observar a aplicação do tratamento favorecido,

diferenciado e simplificado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), mediante a destinação da participação no certame de forma exclusiva a essas categorias.

10.4. Caso, justificadamente, não seja adotada a exclusividade prevista no item anterior, deverá constar nos autos motivação expressa, demonstrando as razões que afastam a aplicação do tratamento diferenciado, em conformidade com a legislação vigente.

## 11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da contratação do objeto que trata este Termo de Referência, correrão conforme disponibilidade orçamentária devidamente consignada no orçamento do CRO-RR, tendo a disponibilidade de R\$ 101.000,00 (Cento e um mil reais), valor adequado e suficiente nos termos da Pesquisa de Preços.

11.1.1. Unidade Orçamentária: 001;

11.1.2. Rubrica: 6.2.2.1.1.01.04.04.004.099 – Outros Serviços e Encargos;

11.1.3. Tipo de Empenho: **Estimativo**, considerando tratar-se de serviço continuado com demanda periódica.

11.2. Caso a execução do objeto ultrapasse um exercício, as despesas dos próximos exercícios correrão por conta do orçamento e consignações orçamentárias próprias.

## 12. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

12.1. O licitante detentor da melhor proposta deverá apresentar ao Pregoeiro as documentações indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Caberá ao **Pregoeiro**, com o apoio da equipe de apoio, verificar se o licitante preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, bem como à existência de sanção que impeça a eventual contratação, nos termos dos Arts. 60 a 70 da Lei 14.133 de 2021.

### 12.1.1. Habilitação Jurídica

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-s-negocios/ptbr/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU, inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



g) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.1.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **12.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista**

12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

12.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

12.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT);

12.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

12.2.9. Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de menor aprendiz, a partir de quatorze anos (Anexo II deste Termo de Referência).

## **12.3. Qualificação econômico-financeira**

12.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de insolvência civil, no caso de pessoa física;

12.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou balanço de abertura para empresas constituídas no exercício;

12.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);

12.3.4. Caso os índices sejam inferiores ou iguais a 1 (um), exigir patrimônio líquido mínimo de 1% do valor estimado da contratação;

12.3.5. As demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício para empresas com menos de 2 anos;

12.3.6. Apresentação do Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

## **12.4. Qualificação Técnica**

12.4.1. Atestado de capacidade técnica em nome da empresa, que comprove a execução de serviços de jardinagem e manutenção de piscinas em áreas de complexidade similar.

12.4.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.

12.4.3. Declaração de que a empresa possui os equipamentos mínimos necessários para o pronto atendimento da sede (roçadeiras, aspiradores, kits de teste químico).

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **13.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- Executar os serviços conforme Ordem de Serviço;
- Fornecer todos os insumos;
- Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a vigência contratual.
- Substituir, em até 24 horas, qualquer funcionário cuja conduta seja considerada incompatível com a ética profissional ou o ambiente do Conselho;
- Corrigir falhas no prazo máximo de 48 horas após notificação;
- Responsabilizar-se civilmente por danos a terceiros ou ao patrimônio (ex: quebra de vidraças por pedras arremessadas por roçadeiras).

13.2. Todos os equipamentos, ferramentas, EPIs e insumos serão fornecidos pela contratada.

#### **13.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

- Designar fiscal do contrato;
- Emitir Ordens de Serviço;
- Acompanhar e fiscalizar a execução;
- Efetuar pagamento após atesto;
- Comunicar formalmente quaisquer irregularidades.
- 

### **14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

14.1 O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, poderá ser prorrogado sucessivamente, observados os limites e condições previstos no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade.

### **15. DA RESCISÃO**

15.1. O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, mediante motivação formal da autoridade competente.

15.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da Contratada, o Contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

15.3. No procedimento de rescisão contratual, será assegurado o contraditório e a ampla defesa à Contratada, que após formalmente intimada, terá o prazo decadencial de 5 (cinco) dias úteis para manifestação.

15.4. Em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da Contratada, aplica-se o previsto no item 20.1.4. deste Termo de Referência.

### **16. DO REAJUSTE**

16.1. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para os custos

relativos a insumos, materiais e equipamentos utilizados na execução do objeto.

## **17. DO PAGAMENTO**

17.1. O pagamento será realizado mensalmente, mediante a consolidação das Ordens de Serviço efetivamente executadas no período.

17.2. O valor e descrição constantes nas notas fiscais deverão ser idênticos ao da proposta de preços. Em caso de divergência, o fiscal do contrato estabelecerá prazo para a empresa fornecedora fazer a substituição das mesmas.

17.3. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de atesto da nota fiscal pelo servidor responsável da contratante. Na nota fiscal deverá estar descrito os dados bancários da empresa Contratada.

17.4. A Contratada deverá apresentar, ao final de cada mês, Nota Fiscal correspondente aos serviços executados e atestados pelo Fiscal do Contrato.

17.5. A Contratante efetuará o pagamento exclusivamente para a empresa Contratada, vedado qualquer pagamento em conta bancária de terceiros, independentemente de função ocupada nos quadros da Contratada.

17.6. O pagamento fica condicionado à prévia certificação quanto à execução a contento do objeto contratado.

17.7. A liberação do pagamento ficará condicionada à comprovação da regularidade fiscal da Contratada, além da regularidade junto aos órgãos trabalhistas e ao FGTS, mediante consulta efetuada por meio eletrônico ou por meio da apresentação de documentos hábeis.

17.8. A Contratada deverá apresentar em sua nota fiscal/fatura exclusivamente o faturamento detalhado correspondente ao objeto autorizado, mediante contrato específico. Havendo erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será reiniciado após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CRO-RR.

17.9. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à Contratada ou inadimplência contratual.

17.10. À Contratante reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação exigida.

## **18. DA GARANTIA**

18.1. Considerando o baixo vulto da contratação, a natureza dos serviços e o pagamento condicionado à efetiva execução das Ordens de Serviço, a Administração opta por não exigir garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. A não exigência de garantia não afasta a aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no contrato, nem a responsabilidade civil da Contratada por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

## **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto.

## **20. DA MATRIZ DE RISCO**

20.1. A presente contratação observará a Matriz de Risco elaborada em documento específico, devidamente juntada aos autos, integrante do processo administrativo correspondente, a qual estabelece a alocação objetiva dos riscos entre a Contratante e a Contratada.

20.2. A Matriz de Risco constitui parte integrante deste Termo de Referência, para todos os efeitos, devendo ser observada durante a execução contratual.

20.3. A ocorrência de eventos previstos na Matriz de Risco será tratada conforme a responsabilidade ali definida, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

## 21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

21.1.1. Advertência por escrito para pequenas irregularidades, entendidas aquelas que pelo juízo da administração do Contratante não causarem prejuízos significativos.

21.1.2. Multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso injustificado, calculada sobre o valor da parcela inadimplida ou do contrato, conforme o caso, pelo descumprimento de prazos para execução dos serviços, entrega do objeto ou para a correção de falhas apontadas pela fiscalização, limitada ao máximo de 15 (quinze) dias.

21.1.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da Contratada.

21.1.4. Após o décimo quinto dia de atraso injustificado, o Contratante poderá rescindir o contrato, caracterizando-se a inexecução total do objeto.

21.2. Constituem infrações administrativas, nos termos do **art. 155 da Lei nº 14.133/2021**:

21.2.1. Ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;

21.2.2. Não manter a proposta;

21.2.3. Falhar ou fraudar a execução do contrato;

21.2.4. Comportar-se de modo inidôneo;

21.2.5. Fizer declaração falsa; ou

21.2.6. Cometer fraude fiscal.

21.3. As multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, garantida a defesa prévia do interessado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.

21.4. Para efeito de aplicação de multa, o valor do contrato será apurado deduzindo-se dele o valor das entregas aceitas.

21.5. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui a possibilidade da responsabilidade civil da Contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.

21.6. O valor da multa, aplicada após regular prazo de recurso, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante, salvo se, existente garantia contratual, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

21.7. Aplicam-se, ainda, subsidiariamente as disposições dos **arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021**.

## 22. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

22.1. Nos termos do Art. 117 da Lei 14.133 de 2021, a gestão do contrato será realizada por servidor designado pela autoridade competente, cabendo-lhe acompanhar a execução, registrar ocorrências, solicitar correções e atestar a execução dos serviços para fins de pagamento

22.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei 14.133 de 2021.

22.3. Ao representante designado para fiscalizar o contrato, compete, entre outras atribuições:

22.3.1. Acompanhar ativamente a execução das obrigações contratuais;

22.3.2. Comunicar, tempestivamente, à Contratante ocorrências que impliquem no



descumprimento de obrigação contratual, inclusive, tipificando a conduta faltosa;

22.3.3. Controlar o prazo de execução do objeto e de vigência do instrumento contratual, motivando tempestiva e adequadamente a sua prorrogação, esta última, somente se houver previsão para tal hipótese;

22.3.4. Dar suporte à comissão ou servidor designado para recebimento do objeto, se for o caso; e instruir os autos com os documentos necessários à liquidação e pagamento da despesa.

22.4. A fiscalização anotar em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

22.5. A fiscalização poderá utilizar relatórios de visita, registro fotográfico, checklist de execução dos serviços e demais instrumentos que comprovem a adequada prestação do serviço.

### **23. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E RECEBIMENTO**

23.1. Recebimento Provisório: Ocorrerá ao final de cada visita/serviço, mediante assinatura de relatório de execução pelo fiscal técnico.

23.2. Recebimento Definitivo: Ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis após a entrega da Nota Fiscal, desde que confirmada a conformidade total dos serviços com as especificações deste TR.

23.3. Os serviços que apresentarem vícios ou defeitos (ex: água turva ou poda irregular) deverão ser refeitos pela Contratada no prazo de 48 horas, sem ônus adicional para o CRO-RR.

### **24. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE**

24.1. A Contratada deverá utilizar, preferencialmente, produtos de limpeza e insumos químicos de baixa toxicidade e biodegradáveis.

24.2. É vedado o descarte de resíduos de jardinagem (folhas, galhos, grama) em terrenos baldios ou via pública, devendo a empresa comprovar o descarte em local licenciado pela Prefeitura de Boa Vista.

24.3. A contratada deve orientar seus funcionários sobre o uso racional da água durante a limpeza das áreas e reposição da piscina.

### **25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

25.1. O presente Termo de Referência servirá de base para elaboração do Edital de Pregão Eletrônico e da Minuta do Contrato.

25.2. A licitação observará, em todas as suas fases, os princípios da legalidade, publicidade, transparência, impessoalidade, moralidade e eficiência, bem como as disposições da legislação vigente.

25.3. Os casos omissos e as dúvidas decorrentes da aplicação deste Termo de Referência serão dirimidos pela autoridade administrativa competente do **CONTRATANTE (CRO-RR)**, com observância da legislação aplicável.

25.4. Fica eleito o foro da Justiça Federal da Comarca de **Boa Vista/RR** para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Termo de Referência, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



CONSELHO REGIONAL  
DE ODONTOLOGIA  
DE RORAIMA



Elaboração do Termo de Referência:

De acordo:

**Maria Consolata de Oliveira**  
Superintendente do CRO-RR

**Daniela Favalli Jaccomo, CD**  
Presidente do CRO-RR

**ANEXO II**  
**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2026

À  
Comissão de Licitação do  
Conselho Regional de Odontologia de Roraima

A empresa abaixo identificada apresenta sua proposta para participação no Pregão Eletrônico em referência.

**1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA**

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Representante Legal: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**2. PROPOSTA DE PREÇO**

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção, limpeza e conservação de áreas verdes (jardinagem) e manutenção e tratamento de piscina.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
01	Serviços de jardinagem e manutenção de piscina, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas, EPIs e insumos	Serviço	12 meses	R\$ _____	R\$ _____

**VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$** \_\_\_\_\_

(valor por extenso: \_\_\_\_\_)

**3. DECLARAÇÕES**

Declaramos que:



- Nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, incluindo tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre os serviços.
- Temos pleno conhecimento das condições estabelecidas no edital e seus anexos.
- Concordamos integralmente com todas as disposições do edital.

#### 4. VALIDADE DA PROPOSTA

A presente proposta terá validade de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal: \_\_\_\_\_



**ANEXO III**  
**DECLARAÇÕES DO LICITANTE**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2026

A empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu  
representante legal, declara para fins de participação na licitação promovida pelo  
Conselho Regional de Odontologia de Roraima:

**1. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

Declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, nos termos da  
**Lei nº 14.133/2021.**

**2. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

Declara que inexistente fato impeditivo para sua habilitação na presente licitação,  
comprometendo-se a informar a superveniência de quaisquer ocorrências que venham a alterá-  
la.

**3. DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

Declara que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e  
não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

**4. DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

Declara que a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, sem qualquer acordo,  
comunicação ou entendimento com outro licitante.

**5. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA**

Declara que cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, bem como as  
obrigações trabalhistas e previdenciárias vigentes.

**6. DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP (SE FOR O CASO)**

Declara, sob as penas da lei, que a empresa se enquadra como:

- ☐ Microempresa  
☐ Empresa de Pequeno Porte

Nos termos da **Lei Complementar nº 123/2006.**

**7. DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI VÍNCULO COM A ADMINISTRAÇÃO**

Declara que não possui vínculo com agentes públicos do órgão licitante que possam caracterizar  
conflito de interesses.



Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do representante legal: \_\_\_\_\_

## ANEXO IV

### CONTRATO 00/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX E O  
CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE  
RORAIMA - CRO-RR, PARA PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO,  
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE ÁREAS VERDES  
(JARDINAGEM) E MANUTENÇÃO E  
TRATAMENTO DE PISCINA.

O CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE RORAIMA – CRO-RR, com sede provisória localizada na Rua da Ingazeira nº 133, Bairro Caçari, CEP 69.307-430, Boa Vista – Roraima, inscrito no CNPJ sob nº **34.812.644/0001-04**, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por sua Presidente, **Sra. Daniela Favalli Jaccomo**, portadora do RG nº 30.460-4 SSP/SP e CPF nº 087.368.577-69, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob nº **XXXXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua xxxxxxxx nº xxx, Bairro xxxxxx, CEP xxxxx-xxx, xxxxxxxx – xx, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portador do RG nº xxxxxxxx SSP/xx-xx e CPF nº xxx.xxx.xxx-xx, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 0001/2026**, e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021**, bem como do **Pregão nº 90001/2026**, resolvem celebrar o presente **Contrato Administrativo**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção, limpeza e conservação de áreas verdes (jardinagem) e serviços de manutenção e tratamento de piscina, com fornecimento de mão de obra, equipamentos, ferramentas, EPIs e insumos necessários, a serem executados na sede do Conselho Regional de Odontologia de Roraima – CRO-RR, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.

**Parágrafo único** - Integram este contrato, independentemente de transcrição:

- I – o Termo de Referência;
- II – o Edital do Pregão nº 90001/2026 e seus anexos;
- III – a proposta apresentada pela Contratada;
- IV – demais documentos constantes do processo administrativo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A execução do objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global mensal, caracterizando-se como prestação de serviços continuados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. Os serviços serão executados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço (OS), conforme as condições, periodicidades e especificações estabelecidas no Termo de Referência.

**Parágrafo primeiro** – A execução observará, no mínimo:

- I – realização de 2 (duas) visitas semanais para manutenção de áreas verdes (jardinagem);
- II – realização de 1 (uma) visita semanal para manutenção e tratamento da piscina;
- III – atendimento de demandas extraordinárias no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas;
- IV – execução indireta, sem dedicação exclusiva de mão de obra, por meio de visitas periódicas programadas.
- V - execução dos serviços de limpeza física, escovação, aspiração, controle de pH, alcalinidade e aplicação de produtos químicos necessários ao tratamento da piscina.
- VI - Realizar a coleta, ensacamento e destinação adequada dos resíduos gerados durante a execução dos serviços, promovendo sua remoção das dependências do CRO-RR no mesmo dia.
- VII - Fornecer todos os produtos químicos necessários ao tratamento da piscina, tais como cloro, algicida, clarificante e controladores de pH, observando as normas sanitárias aplicáveis.

**Parágrafo segundo** – A execução dos serviços terá início após a assinatura do contrato e emissão da primeira Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.

**Parágrafo terceiro** – Os serviços deverão ser executados durante o horário de funcionamento do CRO-RR ou em horário previamente autorizado pela fiscalização.

**Parágrafo quarto** – A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos, ferramentas, materiais, insumos e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à adequada execução dos serviços.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### **4.1. A CONTRATANTE obriga-se a:**

- 4.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de servidor designado para este fim, nos termos do Art. 117 de Lei 14.133 de 1º abril de 2021;
- 4.1.2. Verificar a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada;
- 4.1.3. Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados, após o devido atesto da nota fiscal/fatura;
- 4.1.4. Transmitir ao preposto da Contratada toda e qualquer demanda;
- 4.1.5. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
- 4.1.6. Designar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto deste Termo de Referência;
- 4.1.7. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Contratada;
- 4.1.8. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões;
- 4.1.9. Comunicar formalmente à Contratada quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do(s) serviço(s);
- 4.1.10. Formalizar as requisições de demandas objeto do contrato junto a Contratada, efetuando cada solicitação em tempo hábil, sempre que possível com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência entre o pedido e a entrega do serviço, salvo ocorrências urgentes que precisem ser realizadas no mesmo dia, devendo a urgência ser comprovada pelo Contratante;
- 4.1.11. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências, sempre que necessário à execução dos serviços, nos horários previamente acordados.



4.2. A CONTRATADA obriga-se a:

- 4.2.1. Nomear preposto para acompanhamento da prestação dos serviços, que deverá seguir as orientações demandadas pelo CRO-RR;
- 4.2.2. Assumir todos e quaisquer ônus, referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados, bem como assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta contratação;
- 4.2.3. Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;
- 4.2.4. Zelar pela perfeita execução do objeto contratado;
- 4.2.5. Prover, realizar, manter e priorizar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contidas neste contrato;
- 4.2.6. Prestar os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo-os sempre em perfeita ordem;
- 4.2.7. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CRO-RR ou a terceiros, provocados por negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto;
- 4.2.8. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando o CRO-RR isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 4.2.9. Cumprir com a entrega do objeto nos prazos e condições especificados neste Contrato e no Termo de Referência;
- 4.2.10. Manter seus empregados e/ou prepostos, quando em serviço, devidamente identificados, mediante o uso permanente de crachás;
- 4.2.11. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo Contratante;
- 4.2.12. Instruir ao seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do CRO-RR quando estiverem dentro das instalações do mesmo, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;
- 4.2.13. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 4.2.14. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 4.2.15. Em caso de constatação de vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução do serviço, a Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado;
- 4.2.16. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 4.2.17. É expressamente vedado que a Contratada utilize o nome e imagem do CRO-RR para fins comerciais, bem como utilizar o presente contrato de forma publicitária;
- 4.2.18. O envio da nota fiscal do serviço prestado é de responsabilidade exclusiva da Contratada, sendo condição necessária ao pagamento do serviço;

4.2.19. Disponibilizar canal de atendimento para facilitar o solucionamentoe contatos de demandas da Contratante.

4.2.20.Cumprir demais deveres estabelecidos em outros instrumentos constantes do respectivo ato de contratação, não podendo alegar o seu desconhecimento.

## **CLÁUSULA QUINTA – DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

## **CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

6.1. Nos termos do Art. 117 da Lei 14.133 de 1º abril de 2021, será designado representante da Contratante para acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o Art. 120 da Lei 14.133 de 2021.

6.3. Ao representante designado para fiscalizar o contrato, compete, entre outras atribuições:

6.3.1. Acompanhar ativamente a execução das obrigações contratuais;

6.3.2. Comunicar, tempestivamente, à Contratante ocorrências que impliquem no descumprimento de obrigação contratual, inclusive, tipificando a conduta faltosa;

6.3.3. Controlar o prazo de execução do objeto e de vigência do instrumento contratual, motivando tempestiva e adequadamente a sua prorrogação, esta última, somente se houver previsão para tal hipótese;

6.3.4. Dar suporte à comissão ou servidor designado para recebimento do serviço, se for o caso; e instruir os autos com os documentos necessários à liquidação e pagamento da despesa.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

7.1. O objeto deste contrato será recebido na forma prevista no art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo primeiro** – O recebimento dos serviços ocorrerá mensalmente, mediante verificação da conformidade da execução pelo fiscal do contrato.

**Parágrafo segundo** – O recebimento provisório será realizado pelo fiscal do contrato, mediante atesto da execução dos serviços.

**Parágrafo terceiro** – O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da qualidade e da conformidade dos serviços prestados, certificando-se que as obrigações contratuais foram devidamente cumpridas.

**Parágrafo quarto** – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos ou irregularidades na execução dos serviços.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA CONTRATUAL**

8.1. Considerando a natureza do objeto, o valor da contratação e o baixo risco de inadimplemento, fica dispensada a exigência de garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei 14.133/2021.

## **CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária própria do Conselho Regional de Odontologia de Roraima – CRO-RR, consignada no orçamento vigente.

**Parágrafo único** – Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas dos exercícios subsequentes correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR**

10.1. O valor global estimado do contrato é no montante de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), procedente do Orçamento Geral do Conselho Regional de Odontologia de Roraima para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

**Parágrafo primeiro** - O preço cotado inclui todas as despesas com tributos, taxas, seguro, encargos sociais e trabalhistas, bem como alimentação, atendimento médico, uniformes, transporte a seus empregados, correrão por conta da Contratada, a qual se responsabilizará, inteiramente, por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, decorrentes ou relacionadas com os serviços ora contratados, e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto contratado, como inclusive todo material utilizado para a prestação dos serviços.

**Parágrafo segundo** - Caso a execução do objeto ultrapasse um exercício, as despesas dos próximos exercícios correrão por conta do orçamento e consignações orçamentárias próprias.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será proporcional à execução dos serviços previstos, conforme verificação do fiscal do contrato.

**Parágrafo primeiro** - O pagamento ficará condicionado à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, mediante apresentação das certidões pertinentes ou consulta aos sistemas oficiais de verificação.

**Parágrafo segundo** - Considerando tratar-se de prestação de serviços com utilização de mão de obra, a Contratada deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, documentação comprobatória do cumprimento de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, especialmente:

- I – comprovante de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- II – comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias junto ao INSS;
- III – comprovante de pagamento de salários dos empregados vinculados à execução contratual.

**Parágrafo terceiro** - O prazo para pagamento será de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do atesto da nota fiscal/fatura pelo fiscal do contrato.

**Parágrafo quarto** - A ausência da documentação comprobatória mencionada nesta cláusula poderá ensejar a suspensão do pagamento até a regularização das pendências, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO**

12.1. Os preços contratados poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para os custos relativos a insumos, materiais e equipamentos utilizados na execução do objeto.

12.2. Os custos referentes à mão de obra serão objeto de repactuação, observando-se a variação dos custos decorrentes da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional vinculada à execução do contrato, nos termos da legislação trabalhista e da Lei nº 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

13.1. O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, mediante termo aditivo, até o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

14.1. O presente contrato poderá ser alterado, mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificadas e previamente autorizadas pela autoridade competente.

**Parágrafo primeiro** – As alterações unilaterais por parte da Administração observarão os limites legais e deverão ser formalmente motivadas, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

**Parágrafo segundo** – As alterações consensuais dependerão de acordo entre as partes, devidamente formalizado, e não poderão modificar a natureza do objeto contratado.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. A Contratada ficará sujeita às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- 15.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 15.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 15.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 15.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 15.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 15.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 15.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 15.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 15.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 15.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 15.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 15.2.4. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, limitada a 15% do valor do contrato.
- 15.2.5. Multa compensatória de até 10% em caso de inexecução total. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº



14.133, de 2021)

15.2.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

15.2.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.2.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

15.2.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

15.3. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

15.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

15.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

15.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

15.3.4. Os danos que dela provenierem para o Contratante;

15.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.3.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

15.3.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15.4. Os débitos do contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO**

16.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.1.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

16.1.5. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.1.6. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.1.7. Indenizações e multas.

16.1.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.2. O contrato poderá ser extinto:

16.2.1. Caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

16.2.2. Caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele

16.2.3. Hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E CONFIDENCIALIDADE**

17.1. A Contratada compromete-se a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução deste contrato em estrita conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), utilizando-os exclusivamente para as finalidades relacionadas ao objeto contratual.

**Parágrafo primeiro** – A Contratada deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, vazamentos, perdas ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**Parágrafo segundo** – Encerrada a execução do contrato, a Contratada deverá eliminar ou devolver à Contratante todos os dados e informações obtidos em razão da execução contratual, salvo quando a sua manutenção for exigida por obrigação legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

18.1. O presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, como condição de sua eficácia.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1. O presente contrato vincula-se ao Estudo Técnico Preliminar (ETP), ao Termo de Referência, à proposta apresentada pela Contratada e ao processo administrativo correspondente, independentemente de transcrição.

19.2. As partes elegem o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária de Boa Vista - RR para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento, desde que não possam ser dirimidas pela mediação administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.3. O contrato reger-se-á pelas normas elencadas na Lei 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e suas alterações posteriores aplicáveis à espécie.

19.4. A execução do contrato deverá observar integralmente as disposições constantes no Termo de Referência e no Edital do Pregão Eletrônico nº 90001/2026.

19.5. E por estarem assim justas e acertadas, foi celebrado o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo o ato presentes, vai pelas partes assinado.

Boa Vista – RR, xx de xxxxx de 2026.

**DANIELA FAVALLI JACCOMO**  
Presidente do CRO-RR  
**CONTRATANTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
Empresa  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHA**  
CPF: \_\_\_\_\_

**TESTEMUNHA**  
CPF: \_\_\_\_\_